

Tatiana Rocha dos Santos

Gestão da Saúde Pública:

o uso de tecnologias que beneficiem a sociedade



AYA EDITORA

2022

Gestão da saúde pública: o uso de tecnologias que beneficiem a sociedade

Tatiana Rocha dos Santos

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Tatiana Rocha dos Santos

Capa

AYA Editora

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências da Saúde

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier
Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de sua autora e não representam necessariamente a opinião desta editora.

S2373 Santos, Tatiana Rocha dos

Gestão da saúde pública: o uso de tecnologias que beneficiem a sociedade [recurso eletrônico]. / Tatiana Rocha dos Santos. -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 43 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-124-4

DOI: 10.47573/aya.5379.1.80

1. Política de saúde – Brasil. 2. Saúde pública. 3. Tecnologia. I.
Título

CDD: 610

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora EIRELI**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	8
REFERENCIAL TEÓRICO	11
Gestão pública	11
Princípios da Administração pública	12
Saúde pública no Brasil	14
Segurança pública no Brasil	15
Integração de tecnologias da informação na Gestão	19
METODOLOGIA	22
DISCUSSÃO	23
O uso dos recursos de Tecnologia de Informação na Saúde.....	27
Tecnologias sem fio e computação móvel	29
Sistema de imagem digital.....	30
Telemedicina	31
Redes sociais.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	36
SOBRE A AUTORA	39
ÍNDICE REMISSIVO	40

Apresentação

Apresentar um livro é sempre uma responsabilidade e muito desafiador, de cada pesquisa, suas aspirações, suas expectativas, seus achados e o mais importante de tudo a disseminação do conhecimento produzido cientificamente.

Neste intitulado **Gestão da saúde pública: o uso de tecnologias que beneficiem a sociedade**, abrange as áreas da saúde e da segurança pública.

Portanto, a criação deste livro é resultado dos estudos desenvolvidos que tem como finalidade ampliar o conhecimento aplicado evidenciando, em busca da disseminação do conhecimento e do aprimoramento das competências profissionais e acadêmicas.

Por esta breve apresentação percebe-se o quão diverso, profícuo e interessante é o conteúdo trazido, espero que de uma maneira ou de outra os leitores que tiverem a possibilidade de ler este, tenham a mesma satisfação que sentimos ao ler.

Boa leitura!

Tatiana Rocha dos Santos

INTRODUÇÃO

O crescimento dos grandes centros urbanos desde a Revolução Industrial no século XVIII resultou no encurtamento das distâncias, o que provocou o crescimento populacional, o que levou ao aumento da criminalidade, da violência e aumento na demanda de atendimentos de saúde pública. Considerando hoje qualquer cenário que favoreça os criminosos, o Estado Federal garante a Segurança Pública como um direito social. O Direito a Saúde e a Segurança Pública está consagrada na Constituição e com uma disposição expressa como obrigação do Estado. E ele deve fornecer ao seu povo para que cumpram seus papéis de forma consistente e com satisfação.

A dificuldade é agravada pelo fato de o Brasil ser um país com grande área geográfica, alta população e ainda ser considerado um país em desenvolvimento.

No entanto, o surgimento de novas tecnologias na sociedade também otimiza as técnicas de facilitação e torna as medidas de prevenção menos dispendiosas e mais eficazes. A tecnologia pode ser uma grande aliada no combate e prevenção da violência. Portanto, o Estado deve encontrar e empregar Gestores com competências básicas que sejam capazes de gerenciar inovações em busca da melhoria contínua. Portanto, é necessário implantar tecnologias eficazes e estratégicas em benefício da comunidade para melhorar os objetivos almejados.

Nos ambientes hospitalares, é frequente que se encontrem centenas de aplicações diferentes e que, além disso, os softwares de informatização hospitalar sejam geralmente complexos, de alto custo e de difícil desenvolvimento e implementação. Assim, faz-se necessário um posicionamento estratégico das organizações da área da saúde para o tratamento dos recursos informacionais, bem como a escolha de uma ferramenta de Tecnologia de Informação capaz de

trazer os benefícios esperados para essas organizações.

A tecnologia está se tornando a base para lidar com vícios que são mais complexos de lidar. Um problema real é a falta de abrangência da polícia em todos os crimes que ocorrem e que poderia estar ligado a saúde pública, pois estão ligados.

A tecnologia pode ser de grande ajuda nessa área, como o uso de sinais de telecomunicações para rastrear vítimas ou suspeitos de tráfico de pessoas, o que já é uma inovação legal no Código Penal. O uso do monitoramento geográfico e eletrônico é igualmente eficaz para determinar quais áreas da cidade ou do estado merecem uma política mais eficaz. Além dessas tecnologias, muitas outras tecnologias podem ser implementadas e as tecnologias existentes podem ser potencialmente melhoradas.

Além disso, deve ser observado que o uso de tecnologias como algoritmos estatísticos e ferramentas de georreferenciamento é muito importante na ação policial durante o planejamento e no atendimento de saúde pública. Dessa forma, a tecnologia proporciona uma melhor análise para a tomada de decisões estratégicas, dando uma perspectiva positiva na redução da criminalidade e atendimentos de saúde pública?.

Diante desse cenário, o objetivo geral do presente trabalho é analisar como os gestores de saúde pública podem se tornar mais eficazes no uso da tecnologia e na melhoria contínua de suas funções, que podem facilitar a redução da violência e atendimentos de forma menos onerosa e assertiva, encontrar e analisar as competências necessárias para a excelência da gestão, apresentando tecnologias e inovações que são utilizadas para maior eficácia nesta área e analisando quais fatores e políticas públicas influenciam diretamente na eficácia das medidas. No que diz respeito ao objetivo geral, foram identificados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as habilidades necessárias para ser um gestor eficaz.
- Apresentar Tecnologias e inovações empregados para aumentar a eficácia na área.
- Analisar quais fatores e políticas públicas afetam diretamente a eficácia das medidas preventivas.

O tema escolhido se justifica, pois se justifica, pois é muito discutido e relevante, que está intimamente relacionado à necessidade mais básica de qualquer sociedade, a saúde e segurança pública de seus cidadãos, considerada um dos direitos básicos dessa sociedade. No entanto, a dificuldade que o Estado encontra para completar sua missão é notória. A atenção contínua e efetiva torna-se necessária para melhorar as questões relacionadas à violência e à segurança. Este direito social deve ser garantido em todos os momentos, em qualquer lugar ou sob quaisquer outras condições. Destina-se, portanto, a contribuir para futuras pesquisas científicas relacionadas a este tema e também a apresentar novas propostas que possam ser feitas por um regulador na área de segurança e saúde pública.

A metodologia utilizada neste estudo será explorada com abordagem qualitativa e coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica apoiada na literatura da área em livros, artigos científicos e legislação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão pública

A gestão pública é uma área do conhecimento que trata do uso de práticas inovadoras na gestão pública, como explica Martins (2005). Assim, o que se procura constantemente no setor público é o aperfeiçoamento, o que significa buscar a eficiência. É dever dos servidores públicos garantir que a aplicação da lei execute fielmente suas funções predeterminadas, a fim de fazer as coisas com a máxima eficiência. (MEIRA, 1997) Podemos citar as funções do Presidente da República que, entre muitas outras, são citadas: a função administrativa do executivo federal, a liberação de recursos para pagamento de pessoal, a função de poder especificar a forma de execução de uma série de atividades por meio de decretos, ou seja, colocação de servidores, etc.

As áreas de atuação do órgão de gestão pública são todas as áreas em que o órgão de gestão pública é responsável pela guarda e gestão de determinados bens, bens e interesses públicos previstos na lei. Algumas áreas podem ser mencionadas como: educação, saúde, segurança, entretenimento, dentre outras. Por exemplo, a segurança é tratada por muitos órgãos que expressam suas decisões por meio de seus funcionários públicos, conforme enumerado na Constituição Federal de 1998.

Neves (2002, p.141-143) confirma que, na administração pública, certas competências são necessárias para a gestão de uma organização ou entidade pública. Inclui, portanto, os objetivos básicos da gestão saber atender às necessidades das políticas globais e setoriais identificadas; adaptar-se aos modelos organizacionais e formas de organização do trabalho; estabelecer metas e definir planos de ação; garantir o retorno dos investimentos e recursos; aumentar a capacidade de gestão financeira; gerenciar a melhoria contínua da

prestação de serviços; criar um ambiente de participação que exija desenvolver a motivação e o engajamento dos funcionários; Garantir informações de produção adequadas e sistemas de apoio à decisão. Além disso, promover a avaliação e o alcance de resultados (NEVES, 2002).

Em seu trabalho, Neves (2002) também afirma que mudanças no serviço público são inevitáveis, mas toda decisão deve ser tomada com cautela. Além disso, explicou que esse processo de mudança é de responsabilidade do governo, por meio de processos de liderança e gestão adequados. Qualquer organização que queira sobreviver ou desempenhar suas funções de forma eficaz deve ter uma boa gestão. Segundo Aragão (1997), a eficiência refere-se ao máximo potencial de utilização dos recursos, para atingir o seu produto ou serviço final, gerindo assim a qualidade.

Nascimento (2017) afirma que a gestão é uma atividade que deve ser otimizada para atingir um objetivo. Além disso, este autor ilustra como o setor público utiliza essa estratégia para reduzir o desperdício e aumentar a eficiência de suas funções, tais como: educação, segurança, conservação dos recursos naturais, cultura, etc. Dessa forma, o Estado busca aumentar a eficiência continuamente para cumprir suas obrigações constitucionais.

Princípios da Administração pública

A administração pública é regida por uma série de princípios, alguns explícitos e outros implícitos. Dentre os dispositivos óbvios, aqueles estão elencados na Constituição Federal em seu art. 37, legitimidade, ética, impessoal, publicidade e eficiência. Pode ser explicado da seguinte forma:

- **Princípio da legalidade:** Os servidores públicos só podem fazer o que a lei permite. Garcia e Araújo (2012) mencionam que esse princípio, além de garantir segurança jurídica, também limita o poder

do Estado. Nesse caso, um exemplo disso é a multa de um policial de trânsito, que só pode aplicar se assim for previsto em lei.

- **Princípio da impessoalidade:** As ações dos funcionários públicos não devem ser pessoais, pois todos devem ser tratados igualmente. Lindemberg (2014) afirma que esse princípio é uma imitação do princípio da igualdade. Destaca-se a conduta de qualquer servidor público que, no exercício de suas funções, atue em nome do Estado e não em seu próprio nome.
- **Princípio da moralidade:** Os agentes do Estado devem ser honestos, incorruptíveis e éticos. Portanto, eles devem saber a diferença entre justo e injusto, bem como legal e ilegal, conforme definido por Garcia e Araújo (2012). Portanto, é imperativo que os funcionários se comportem com respeito dentro e fora do serviço público, pois certos atos podem levar a medidas punitivas contra o funcionário, mesmo que não sejam considerados violações.
- **Princípio da publicidade:** Todos os atos devem ser tornados públicos e conhecidos de todos. É, portanto, representada externamente com a transparência da gestão pública atestada por Lindemberg (2014). Portanto, todo ato de interesse público deve ser feito para os cidadãos.
- **Princípio da eficiência:** Este é o princípio que preza pela governança efetiva para atingir resultados e metas, sendo também o mais recente dos princípios citados. Desde a emenda constitucional nº 19/98, novos modelos de avaliação de desempenho foram introduzidos, endossados por Lindemberg (2014).

Dentre os princípios implícitos, destacam-se três de grande importância: a razoabilidade, a proporcionalidade e a supremacia do interesse público. O

princípio da supremacia do interesse público se reflete na primazia de certos atos. Alguns atos de interesse público superam os interesses privados, como é o caso do confisco de propriedade privada para a construção de um presídio público.

Segundo Vieira (2009, p.193), o princípio da proporcionalidade caracteriza-se pelo pressuposto da existência de uma ligação entre um ou mais objetivos definidos e os meios pelos quais são alcançados. Suponha que as ações sejam feitas por agentes correspondentes a uma boa medida. No entanto, o princípio razoável é comprovado em ganho de peso do comportamento público dos agentes em comparação com o resultado final. Todos os princípios listados acima são de primordial importância para a gestão pública, de modo que o descumprimento de qualquer um desses princípios pode resultar na invalidade da conduta praticada.

Saúde pública no Brasil

No Brasil, a saúde pública é regulamentada pela ação do Estado, através do Ministério da Saúde e demais secretarias estaduais e municipais. O objetivo básico da saúde pública é garantir que toda a população tenha acesso ao atendimento médico de qualidade.

A História da Saúde Pública no Brasil tem sido marcada por sucessivas reorganizações administrativas e edições de muitas normas. Da instalação da colônia até a década de 1930, as ações eram desenvolvidas sem significativa organização institucional.

A partir daí iniciou-se uma série de transformações, ou melhor, foram criados e extintos diversos órgãos de prevenção e controle de doenças, culminando, em 1991, com a criação da Fundação Nacional de Saúde.

No que concerne à saúde preventiva, ao longo de toda a existência, o Brasil enfrentou diversas dificuldades institucionais e administrativas decorrentes do limitado desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, bem como pela expansão da assistência médica, atrelada à lógica do mercado. Mas, também, principalmente, pelo lento processo de formação de uma consciência dos direitos de cidadania.

Desde a década de 1960, ocorreu intensa publicação de normas para acompanhar o aumento da produção e consumo de bens e serviços, surgindo conceitos e concepções de controle. Regulamentou-se a iodação do sal, águas de consumo humano e serviços. Reformou-se o laboratório de análises, surgindo o Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS), que recebeu um grande estímulo pela implantação do Programa Nacional de Imunização, cuja execução requeria o controle sanitário de vacinas.

No movimento pela redemocratização do país, cresceram os ideais pela reforma da sociedade brasileira, com o envolvimento de diversos atores sociais, sujeitos coletivos e pessoas de destaque. Sanitaristas ocuparam postos importantes no aparelho de estado. A democratização na saúde fortaleceu-se no movimento pela Reforma Sanitária, avançando e organizando suas propostas na VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que conferiu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde.

Segurança pública no Brasil

A segurança pode ser definida como um estado em que um indivíduo considera a promoção e garantia de valores e interesses considerados importantes para o bem-estar da comunidade. Portanto, nenhum medo, incerteza, perigo ou qualquer outra condição é considerada uma ameaça (TOMÉ, 2010).

Conforme Costa (2014), O conceito de Segurança Pública pode ser

definido como um todo integrado e otimizado relacionado às ferramentas de coerção, justiça, proteção de direitos, saúde e sociedade. Assim, a segurança pública começa com a prevenção e termina com a reparação dos danos, abordando as causas, e a reinserção social do infrator. O autor também afirma que o papel da Polícia é garantir que os direitos civis sejam plenamente realizados, por meio de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais orientados por uma visão, objetivos e compromisso da sociedade.

Em 1996, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi estabelecido o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, famoso como o primeiro programa de defesa dos direitos humanos da América Latina e o terceiro do mundo. Com isso, a sociedade passou a pedir ao governo que implementasse esse plano, a fim de influenciar a criação de uma secretaria responsável por essa área, como afirma Pinheiro e Mesquita Neto (1997). Esses autores também explicam que o programa foi criado em função do crescente desrespeito aos direitos humanos em determinado segmento da sociedade. Também foi demonstrado que, embora o crescimento em importância não possa ser mensurado, fica claro que, com a implementação desse programa, aumentou a intolerância em relação às violações de direitos humanos.

Assim, fica claro o quão importante é a influência dos governos por meio de suas políticas públicas na realidade vivenciada pela sociedade. Apenas com a implementação de um programa, Pinheiro e Mesquita Neto (1997) Notaram melhorias sociais relacionadas ao tema.

Atualmente, afirma Cerqueira (2017), há uma secretaria denominada Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Esse é responsável por promover, coordenar e garantir a implementação de políticas públicas relacionadas à segurança pública. Também é responsável por incentivar as unidades da Federação a implementar essas políticas públicas por meio de

encaminhamentos. Por exemplo, a organização deve garantir a troca recíproca de tecnologia, conhecimento e treinamento da força policial.

O propósito constitucional do SENASP é buscar cada vez mais efetivas envolvendo a polícia e outras atividades correlatas, devem ser realizadas de forma que atenda às necessidades da sociedade. A segurança pública no Brasil é um tema de extrema importância e fundamental para todo cidadão, por isso deve ser assegurada de forma clara e eficaz. A Constituição Federal de 1988 ratifica isso em seu art. 144:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- polícia federal;
- polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- polícias penais federal, estaduais e distrital. (BRASIL, 1988)

Vemos que a titularidade de tais serviços é uma obrigação legal, exercida diretamente pelos órgãos, caso em que a polícia deve zelar pela segurança das pessoas e de seus bens. O trabalho da polícia não é fácil, pois enfrenta uma série de fatores, como altos níveis de desigualdade social e recursos limitados do Estado.

Aveline (2009) explica que o objetivo primordial da polícia deve ser respeitar os direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, garantir a implementação dessas garantias. Este autor também explica que a polícia é dividida em diversos órgãos e funções, que são: a Polícias Militares, com funções ostensivas; Polícias Civis, que têm competência investigativa em nível estadual; polícia investigativa e aeroportuária compete à Polícia Federal, que responde pela parte marítima, investigativa e aeroportuária; o papel das seguranças dos presídios ficam com

as Polícias Penais Federais, Estaduais e Distritais; e o patrulhamento ostensivo das rodovias federais cumpre à Polícia Rodoviária Federal. Todas essas organizações são regidas por seus próprios estatutos.

Referindo-se a Revista de Criminologias e Políticas Criminais, descobrimos que as pessoas esperam que a força detida pelo Estado seja alocada para garantir a segurança pública, a fim de formar um escudo entre os cidadãos e as coisas, podendo prejudicá-los.

Além disso, afirma que entre várias denúncias, uma delas é o déficit no número de policiais. Isso tornará mais fácil para os criminosos infringirem a propriedade e a vida das pessoas. (DE OLIVEIRA; VIEIRA, 2016)

Conforme Soares (2006), As causas da violência e do crime não são fáceis de explicar. Há uma lista enorme de crimes relacionados a diversos contextos sociais. Portanto, não é possível determinar a causa de um enorme universo de crimes. Mas é totalmente controlável.

Desse ponto de vista, conclui-se que agir tópica e superficialmente sobre as causas imediatas dos crimes, reduzindo o número de vítimas, a taxa de risco, o grau de propagação do medo, e a sensação de insegurança, acaba sendo muito mais que enxugar o gelo, mesmo se as ações em pauta não atingem os núcleos estruturais do problema (SOARES, 2006, p.95)

Assim, mesmo que o problema não seja totalmente eliminado, a ordem pode ser mantida até que políticas públicas sejam implementadas para atuar na origem de um determinado problema.

Hoje, a insegurança pública faz parte da convivência da sociedade e uma área de preocupação constante. Segundo Soares (2003), A raiz da violência é o comércio de armas e drogas. Assim, os dois lados se financiam mutuamente e contribuem para a propagação da violência. Além disso, o negócio ilegal de atacado é administrado por criminosos de colarinho branco que muitas vezes conseguem ganhar dinheiro ilícito legalmente. O autor também esclarece

que muitas vezes esses tipos de crimes ficam impunes devido à crescente concentração das atividades policiais estaduais nas favelas e periferias, onde se concentra o comércio varejista, as chamadas políticas de segurança. Soares conclui dizendo que seria melhor direcionar mais esforços em condições que criam tantas oportunidades para o comércio ilegal de armas e drogas. Este autor explica uma realidade no Brasil que está tentando ser controlada por forças policiais diretamente envolvidas na prevenção e repressão ao crime. No entanto, essas ações por si só não são suficientes.

Integração de tecnologias da informação na Gestão

O problema com o gerenciamento da informação tem sido ainda mais dificultado devido a um exponencial aumento na quantidade de dados a serem gerenciados, no número de profissionais que controlam os processos e nas demandas para acesso em tempo real.

O custo para lidar com a informação nos hospitais também tem representado o principal fator para o uso de computadores, na tentativa de fornecer mais dados com menor custo.

Nesse sentido, faz-se necessário um posicionamento estratégico das organizações da área da saúde para o tratamento dos recursos informacionais, bem como a escolha de uma ferramenta de Tecnologia de Informação capaz de trazer os benefícios esperados para essas organizações. Portanto, o objetivo deste trabalho foi apresentar, de forma ampla, as novas tendências de Tecnologia de Informação emergentes que estão trazendo benefícios diretos e indiretos para a Gestão da Saúde.

A tecnologia da informação pode ser definida como uma coleção de recursos computacionais para coletar e processar informações. Podendo ser composta por partes físicas (*hardware*) e outras partes intangíveis (*software*), e

ainda a participação dos recursos humanos (REZENDE; ABREU, 2000, p. 49).

Diniz (2005) apresenta três fases ao longo de um eixo principal: 1970 a 1992 - eixo da gestão interna, com o objetivo de aprimorar os processos administrativos financeiros. Como é o caso da declaração de imposto de renda eletrônica que é usada até hoje. 1993 a 1998 – ênfase em serviços e informações à população, foi um período em que as pessoas se concentraram no tratamento dos cidadãos para que ficassem mais satisfeitos com os serviços públicos. Na época, o advento de computadores menores e mais poderosos contribuiu para isso em grande parte. Ainda, com a criação do Código de Defesa do Consumidor. 1999 a 2004 – com foco na prestação de serviços via Internet, foi implementado um sistema de governo eletrônico. O autor dá o exemplo do governo de São Paulo. Esse governo estabeleceu sistemas que permitem que órgãos públicos licitem pela Internet; permite aos cidadãos verificar a regularidade das suas viaturas e registrar-se em determinados tipos de eventos através da Internet; etc.

Com cada vez mais tecnologias surgindo, o Estado não pode abrir mão de implementá-las para reduzir custos de longo e curto prazo, e trazer maior eficiência aos órgãos diretamente responsáveis pela execução das atividades. Segundo Da Silva (sem definição de ano), Com o avanço da tecnologia através do círculo de inovação ética, essas inovações estão se espalhando cada vez mais rápido em escala global. Como resultado, as tecnologias são integradas rapidamente.

Todo gestor diligente atua sobre os dados que são transformados em informação e, em última análise, o conhecimento adquirido permite que ele tome as decisões mais eficazes para resolver uma determinada dependência. Máximo (2004) evidencia um exemplo em seu artigo:

No mapeamento da criminalidade a combinação dos dados no espaço geográfico proporciona oportunidade de exploração e análise dos dados que não existem quando faltam dados geográficos. Embora estas informações possam se encontrar em bancos de dados diferentes, ambas podem ser combinadas no SIG, e as localizações, submetidas à análise (MAXIMO,2004, p.12).

Assim, a combinação de informações leva ao conhecimento final. Para aumentar ainda mais a agilidade e a velocidade na tomada de decisões, um software inteligente pode ser utilizado para passar por todas as informações necessárias para fornecer mais *insights* com mais eficiência.

No entanto, já existe um sistema semelhante ao utilizado pela Secretaria de Segurança Pública. (SILVA, 2008). Esse sistema realiza leituras de banco de dados que exigem o cruzamento de informações específicas com bancos de dados de outras organizações, graças a um programa desenvolvido para esse fim. No entanto, é possível combinar todas as tecnologias mencionadas neste artigo para aprimorar ainda mais os sistemas de inteligência dos gestores.

Diniz (2005), destacou que a implantação da tecnologia da informação teve início na década de 1970 com o objetivo de fornecer serviços públicos mais eficientes aos cidadãos. No entanto, começou a ser implementado no mesmo período que o setor privado. com um atraso maior devido à alta burocracia.

O autor segue referindo-se ao Congresso de Computação Pública (CONIP), em que se debate a inovação do setor público em ferramentas de TI. Por exemplo, as iniciativas de modernização do setor público, o conjunto de estratégias dos gestores, os casos de aplicação bem-sucedida, com a implantação da tecnologia da informação e comunicação nos mais diversos cenários, as mais diversas tendências, facilitando a implantação e melhoria contínua dessa tecnologia. Este autor explica ainda que visa a reflexão entre governos, setor privado e sociedade civil, para alcançar bons resultados. No entanto, muitas das ideias que surgiram a partir deste evento não viram a luz do dia.

METODOLOGIA

A construção deste trabalho foi realizada por meio de um estudo fundamental e bibliográfico que analisa como um gestor da área de saúde pública pode ser mais efetivo e melhorar continuamente as funções relacionadas ao uso das tecnologias disponíveis.

Segundo Bortolozzi (2003), a pesquisa é um conjunto sistemático de atividades de construção de conhecimento cujo objetivo principal é desenvolver novos conhecimentos.

A coleta de dados é feita por meio de livros, artigos e legislação disponível na rede mundial de computadores. Como resultado, várias publicações foram analisadas para discutir o tema da segurança e dar suporte aos trabalhos atuais. Portanto, este trabalho visa contribuir com a Sociedade de alguma forma como base para futuras pesquisas.

Essa pesquisa também pode ser classificada como qualitativa, pois utiliza conhecimentos teóricos e empíricos para trabalhar com a realidade. A pesquisa qualitativa também pode ser considerada descritiva, pois visa descrever todos os fatos apresentados em documentos ou outras formas de coleta de informações. (ZANELLA, 2009).

Conforme Lakatos e Marconi (2007, p. 71), A pesquisa bibliográfica inclui todas as bibliografias disponíveis publicamente relacionadas ao assunto de estudo, desde publicações individuais até mídia oral. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito ou publicado. Portanto, esta pesquisa está amparada em conhecimentos específicos já citados por outros autores e até mesmo implementados na prática.

DISCUSSÃO

No Brasil, o índice de violência é muito alto se comparado aos países desenvolvidos, que refletem em maior demanda de atendimento na saúde pública. Além disso, uma das maiores taxas de homicídio ocorreu em 2017. Cerca de 65.602 assassinatos foram registrados em território brasileiro, segundo Atlas da Violência (2019). Com base nesses números de homicídios, Cerqueira (2019) confirmou em sua pesquisa que mais ou menos 9.798 mortes violentas não tinham causa conhecida. Constatamos também que os maiores aumentos da violência estão concentrados nas grandes cidades, onde é mais difícil de controlar devido a razões como a grande geografia.

Conforme mencionado acima sobre os métodos que tornarão um policial mais eficaz do que nunca, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) é uma ferramenta promissora para auxiliar esses policiais em suas funções. Esse documento traz uma série de mecanismos para orientar todos os entes federativos na sua adaptação ao cenário de realidade vivenciado pela sociedade atual, bem como às mudanças sociais ao longo do tempo.

Além disso, a PNSPDS possui metas e objetivos que os agentes públicos devem seguir, como o combate ao suicídio feminino, tema bastante relevante diante do crescente número desses crimes. Assim, conforme mencionado neste livro e afirmado por diversos autores, a tecnologia é essencial para otimizar ainda mais o trabalho dos profissionais de segurança pública.

O apoio da tecnologia certamente possibilitará a concretização das metas e objetivos deste plano.

Com fatores como o rápido crescimento populacional, aumento do índice de violência, surgimento de novos métodos criminais e tecnologias utilizadas para fins nefastos, o poder público com articulação da sociedade não pode deixar de

tomar medidas para coibir esses comportamentos. Portanto, o uso da tecnologia é necessário para esse objetivo.

As tecnologias de hoje são muito eficazes se usadas corretamente e para um propósito específico. Assim, com as ferramentas certas, tempo, custos, desperdícios e melhores resultados podem ser minimizados. Por exemplo, a partir de uma pequena câmera colocada na frente de uma residência, pode-se desvendar um crime, o que seria muito difícil sem testemunhas ou outros métodos para provar sua existência e sua relação pai-filho.

As tecnologias consideradas fundamentais para a segurança pública estão relacionadas à inteligência. Essa visão, corroborada por Spanhol, Lunardi e De Souza (2016), é uma ferramenta de ampliação do conhecimento que ajuda a estabelecer associações para a detecção de padrões de crimes como: data, local, vitimização pode, entre outras coisas, ajudar a identificar determinados padrões de crime. Atividades criminosas. Este tipo de trabalho é menos dispendioso quando se utiliza recursos computacionais.

Além disso, a implementação da biometria digital e facial, embora não seja uma tecnologia nova, está se mostrando muito útil na identificação de criminosos de indivíduos.

No Brasil, várias tecnologias já estão em andamento, como os SSDs, sistema que detecta disparos de arma de fogo, e uma tecnologia que está se popularizando entre os policiais que utilizam drones. Os autores De Faria e Costa (2015) apresentam esses dispositivos à Polícia Militar de Santa Catarina, afirmando os grandes benefícios do uso de drones em operações ostensivamente de proteção ambiental, em comparação com aeronaves tripuladas.

Além de ter uma série de outras vantagens, esta ferramenta certamente pode auxiliar o Batalhão de Polícia Militar Ambiental em sua fiscalização preventiva,

por meio da utilização de videovigilância aérea de áreas de conservação e outros bens devem ser protegidos como tal. E esta é apenas uma das possibilidades de usar tal ferramenta para aumentar a eficácia da segurança.

O sistema de detecção de tiro de arma é um dispositivo capaz de indicar a direção e a distância pelo som causado pelo disparo da munição desta arma. Miranda (2017), mostra em seu trabalho que é possível fabricar esses dispositivos com um custo menor.

O componente de um módulo sensor, por exemplo, é um conjunto de quatro microfones, uma placa de circuito impresso contendo um gabinete para dispositivos eletrônicos e um processador digital de sinais, entre outros. E essas peças podem ser adquiridas separadamente a baixo custo e depois montadas.

Portanto, existem outras formas de reduzir custos, pois equipamentos que reduzem muito os custos podem ser utilizados com maior eficiência. E nesse contexto, mostra-se a importância de um gestor competente e aberto para buscar caminhos e parcerias com a sociedade, como incentivar as universidades a desenvolver ou aprimorar projetos que tenham chance de execução, a fim de alcançar melhor segurança pública.

O direcionamento preciso dos recursos fica evidente pelo que ilustra Junior (2019), mostrando diferentes tecnologias utilizadas em várias partes do mundo, inclusive algumas no Brasil. Entre eles, alguns que podem ser muito úteis são os sistemas de videovigilância urbana, leitores automáticos de placas e GPS. Este autor também cita casos de sucesso, como os terminais móveis (smartphones) utilizados pela Polícia Militar de São Paulo, capazes de registrar o maior índice de atividade suspeita a partir de 190 ligações. Desta forma, os recursos humanos da organização operam de forma mais eficiente.

Da Silva (sem definição de ano), cita uma tecnologia conhecida como

OCR (Optical Character Recognition), que pode identificar as características de uma imagem ou objeto para confirmar um perfil pré-determinado.

A tecnologia é utilizada por meio de um aplicativo em um aparelho com câmera capaz de capturar dados de placas e verificar se há anormalidades. Desta forma, obter-se-á uma maior eficiência para evitar, por exemplo, tensões desnecessárias em caso de uma blitz.

A polícia australiana, em parceria com a empresa MODIS, como em Junior (2019), importa todos os dados coletados de vídeo, fotos, áudio, mapas, entre outros para o DataLake, um banco de dados nacional. Portanto, utilizando a tecnologia OCR, biometria facial digital e outras, para uma investigação precisa.

Outra tecnologia que pode ser apresentada é a utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Um estudo apresentado por Máximo (2004) ressalta sua importância no mapeamento da criminalidade e outros fatores como a localização geográfica dos recursos e unidades. Esse recurso permitirá uma melhor maneira de planejar, executar e controlar as operações policiais e rotas de patrulha.

O uso da tecnologia no campo da segurança pública é fundamental, pois otimizará o trabalho dos órgãos responsáveis. Isso dará às pessoas mais segurança para exercer seus direitos e proteger seus bens.

O uso da tecnologia no setor de segurança pública é crescente, por isso a tecnologia e a informatização estão cada vez mais presentes no cotidiano dos profissionais de segurança pública. No entanto, ainda existem obstáculos, ou seja, não há ferramentas tecnológicas suficientes para todos os profissionais devido aos recursos escassos. No entanto, o fator mais importante para projetos bem-sucedidos é a ação do governo.

Além disso, muitos governantes não prestam muita atenção a essa

parte, fazendo com que o departamento de polícia seja degradado e resultando em muitos problemas de segurança. Então, quando o poder vem do povo, de acordo com a Constituição, ele deve ser exigido de cima, porque a segurança é uma das necessidades mais básicas de qualquer sociedade. Além disso, as leis constitucionais que regem o uso de tecnologia relacionada à privacidade devem ser cumpridas.

O gestor tem a função de administrar tudo o que lhe é confiado como responsabilidade. Portanto, um gestor público do setor de segurança deve estar atento à aplicação de todas as tecnologias possíveis e adequadas para o cumprimento efetivo de suas responsabilidades. Isso tem que ser atualizado, tem que se dedicar plena e constantemente a se especializar nessa área. Outro fator importante é encontrar parcerias entre governo e sociedade. Juntos, os dois podem eliminar as possíveis causas do crime e da violência com a ajuda de tecnologias prontamente disponíveis.

O uso dos recursos de Tecnologia de Informação na Saúde

A Tecnologia de Informação também pode ser utilizada como uma potencial ferramenta para as políticas de responsabilidade ambiental dos diferentes tipos de negócio na área da saúde, colaborando para o uso racional dos recursos e para a redução dos custos. Dentre eles, destaca-se que pode se efetivar a contribuição na preservação do meio ambiente em relação a: (a) redução do consumo de energia – mediante a substituição de servidores, com menores dimensões e maior capacidade de processamento (PINOCHET, 2011).

A utilização de equipamentos eletrônicos com a “virtualização” dos servidores permite que vários equipamentos possam substituir um único, gerando redução no consumo de energia. A substituição dos monitores CRT pelos monitores de Plasma, LCD, LED e agora Amoled permite uma redução de

mais de 70% de energia; e (b) redução do consumo de papel – a virtualização das informações possibilitou o uso cada vez maior dos computadores, e o uso de papel hoje é controlado pelas empresas com base em políticas de uso racional de impressão e de conscientização dos funcionários, de modo a implantar uma cultura no processo de impressão.

Incluem--se, também: o uso de inteligência artificial ou sistemas de tomada de decisão no apoio à aplicação de processos específicos; o emprego de sistemas computacionais no estabelecimento e na distribuição de equipes multiprofissionais em um hospital ou em uma organização de saúde; a utilização de computadores para orientação ao paciente; a aplicação de aprendizagem auxiliada por computador no ensino e na pesquisa; e o uso de Sistemas de Informação Hospitalar (SIH) para fornecer uma estrutura que facilite a comunicação da informação dentro dos setores hospitalares. Em essência, o SIH é um sistema de comunicação entre os departamentos (por exemplo: nutrição, enfermarias, farmácia, laboratórios), sendo também um sistema central de informação para o recebimento, separação, transmissão, armazenamento e recuperação da informação, bem como fornecimento de informação no formato que seja mais útil ao usuário (PINOCHET, 2011)..

O gerenciamento da informação em setores hospitalares e áreas afins é um componente essencial no processo de prestação de cuidados ao paciente. O problema com o gerenciamento da informação tem sido ainda mais dificultado devido a um exponencial aumento na quantidade de dados a serem gerenciados, no número de profissionais que controlam os processos e nas demandas para acesso em tempo real. O custo para lidar com a informação nos hospitais também tem representado o principal fator para o uso de computadores, na tentativa de fornecer mais dados com menor custo (PINOCHET, 2011).

Tecnologias sem fio e computação móvel

Essa tecnologia abre caminho para o surgimento de milhares de redes internas em hospitais. Acompanhando essa evolução tecnológica, há muitas aplicações para as plataformas móveis que vêm surgindo na área da saúde.

Terminais portáteis dão acesso ao Sistema de Informação Hospitalar, de modo que os médicos e enfermeiros possam acessar o PEP (Prontuário Eletrônico do Paciente) de qualquer ponto do hospital, introduzir dados, preencher pedidos e prescrições, e assim por diante. Também são tecnologias que abrem caminho para o surgimento de milhares de redes internas em hospitais, com a redução dos preços das estações radiobase (access point) e das placas e dispositivos de acesso (clientes). A tecnologia Bluetooth também permitiu o desenvolvimento de muitos tipos novos de periféricos e enlaces de comunicação entre equipamentos de informática, celulares, câmeras digitais de fotografia e vídeo (PINOCHET, 2011).

O futuro das redes e tecnologias sem fio é promissor, pois estão promovendo a convergência entre telefonia celular (smartphones) e computação móvel (PDAs com comunicação), além de viabilizar redes digitais de área local e de área ampla de alto desempenho, graças às novas tecnologias Wi-Max e OFDM.

A convergência permitirá também que usuários sem computadores naveguem na internet, recebam e enviem correio eletrônico e utilizem programas em sistemas Java descarregados em aparelhos celulares. Outra tendência de mobilidade que se firma cada vez mais pelas conveniências que oferece são os computadores portáteis (palmtops) e agendas eletrônicas computadorizadas (PDAs). Seu poder computacional aproxima-se gradativamente ao dos melhores microcomputadores e notebooks, com a vantagem da portabilidade e da

conectividade sem fio. Há muitas aplicações para essas plataformas móveis na área da saúde. Palmtops com livros digitais (e-books) médicos para fins de referência rápida, softwares de cálculo e de apoio à decisão são usados universalmente, hoje em dia, por diversos estudantes e profissionais da saúde. Aplicações em telemedicina, usando principalmente telefones celulares de terceira geração, dotados de câmaras de vídeo, teclados e telas parecidas com a de desktops, permitem realizar videoconferências, entre outras (PINOCHET, 2011).

Sistema de imagem digital

O Sistema de imagem digital, além de dispensar os filmes fotográficos, uma de suas primeiras aplicações desenvolvidas foi a reconstrução tridimensional (3D) de determinadas partes do organismo. Usando técnicas especiais de software, obtém-se uma imagem realista, com sombreamento e perspectiva, que pode ser girada dinamicamente em várias direções, dando a sensação espacial desejada. Outra vantagem é a obtenção e o processamento das chamadas imagens funcionais. A velha radiografia de raios-X mostra imagens essencialmente anatômicas. Conseguiu-se desenvolver sistemas capazes de mostrar em grande detalhe e de forma dinâmica o metabolismo celular, a distribuição e movimentação de substâncias endógenas, o fluxo sanguíneo, a síntese celular e muitas outras coisas (PINOCHET, 2011).

Os dois procedimentos diagnósticos mais relevantes nessa área são atualmente o PET (Positron Emission Tomography) e a Ressonância Magnética Funcional (fMRI). Ambos são capazes de mapear, com impressionante precisão, o local de uma alteração funcional, bem como quantificá-la.

Atualmente, há sistemas comerciais que combinam imagens de várias modalidades, de modo a obter o melhor de cada uma. Talvez o maior benefício

de trabalhar apenas com imagens médicas digitais seja que, a partir de uma rede própria do hospital, interligada por cabos ópticos de alta velocidade, é possível montar uma Intranet de alto desempenho, o chamado PACS (Picture Archiving and Communication ou Sistemas de Arquivamento e Comunicação de Imagens). Assim, o médico pode visualizar o resultado do exame da imagem sem necessidade de revelação do filme, instantaneamente, em qualquer ponto do hospital. Uma tendência mais recente permite também disponibilizar as imagens na Web para serem visitadas pelos médicos em qualquer lugar do mundo (PINOCHET, 2011).

Um dos principais responsáveis pela grande difusão da radiologia digital e dos PACS foi a adoção de padrões mundiais de comunicação digital para imagens médicas, como o DICOM (Digital Imaging and Communication in Medicine).

Telemedicina

Entende-se por telemedicina qualquer tipo de aplicação da área médica que utiliza uma infraestrutura de telecomunicação para transmissão de dados. As informações são utilizadas basicamente para medidas assistencialistas e preventivas, que vão desde um simples esclarecimento de dúvidas pelo telefone até o atendimento médico em um local com poucos recursos, em que a segunda opinião de um especialista por videoconferência representa um diferencial. Para os hospitais, o uso da telemedicina pode acarretar na redução dos custos operacionais e no aumento da eficiência e rapidez dos diagnósticos, pois, com a digitalização dos exames, por exemplo, o médico pode ter acesso, pela web, às imagens, traçando rapidamente o diagnóstico (PINOCHET, 2011).

A telemedicina permite a realização de ações médicas à distância. Uma de suas aplicações mais frequentes são nas Unidades de Atenção Primária

à Saúde, onde buscam outras instituições médicas de referência para uma segunda opinião médica, consultorias e trocas de informações.

Outras aplicações da telemedicina são: discussões de casos clínicos, auxílio diagnóstico, assistência a pacientes crônicos, idosos e gestantes de alto risco, assim como na assistência direta ao paciente em sua casa, por meio da visita domiciliar realizada pelo médico do Programa Saúde da Família (PINOCHET, 2011).

Redes sociais

As ferramentas de microblog incluem, na web, novos públicos e geram oportunidades para as áreas de marketing institucional na área da saúde. Muitas organizações procuram estabelecer relacionamentos nas redes sociais como um tipo de tendência de mercado. A área da saúde ganha ao estabelecer vínculos com seu potencial cliente, visando alcançar seus interesses, com dados de medicina preventiva, orientações e eventos. O contato com o público possibilita informações mais rápidas, por meio de posts, além da possibilidade do acompanhamento de jornalistas. Entretanto, as redes sociais demandam investimentos humanos e dedicação nas atualizações constantes. As redes sociais permitem na área da saúde a aproximação de profissionais da saúde, cientistas, instituições e até ex-pacientes – portanto, as redes sociais podem ser percebidas como um ativo intangível valioso para as organizações (PINOCHET, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes modelos de negócios na área da saúde estão possibilitando que se desenvolvam os mais variados tipos de estratégias de negócios, oferecendo, cada vez mais, versatilidade e funcionalidade, principalmente utilizando a ferramenta internet.

A era da informação não deixou a área da saúde à margem. Conforme citado, foram alcançados o objetivo geral deste trabalho, pois foi analisado como os gestores de saúde pública podem se tornar mais eficazes no uso da tecnologia e na melhoria contínua de suas funções, que podem facilitar a redução da violência e atendimentos de forma menos onerosa e assertiva, encontrar e analisar as competências necessárias para a excelência da gestão, apresentando tecnologias e inovações que são utilizadas para maior eficácia nesta área e analisando quais fatores e políticas públicas influenciam diretamente na eficácia das medidas. Portanto, o estudo também levou em consideração objetivos específicos: descrever as competências necessárias para ser um gestor eficaz; apresenta as tecnologias e inovações utilizadas para maior eficiência nessa área e analisa quais fatores e políticas públicas influenciam diretamente na efetividade das medidas.

O trabalho busca, assim, se basear em outros estudos apresentados e discutidos, em momentos anteriores, produzidos a partir de dados reais. Para tanto, foram utilizadas bibliografias modernas mostrando a importância da implementação de tecnologias modernas e a importância da gestão por um especialista competente na área para construir uma base policial eficaz. Além disso, ressalta-se que o Estado precisa cumprir seu papel constitucional com base na cooperação com a sociedade. Este artigo mostra a importância de uma gestão eficaz, que é a soma de vários fatores que afetam a excelência do processo.

Assim, pode-se concluir que, em um mundo globalizado, o Estado deve prover todos os recursos possíveis para atender as necessidades mais básicas da população. Portanto, qualquer indivíduo que faz parte dela está inseguro para usufruir de todos os seus direitos. O desempenho efetivo dessa tarefa cabe ao Poder Público. Tecnologias promissoras, aliadas a uma gestão eficaz e políticas públicas destinadas a eliminar as causas do crime, são os pilares de uma segurança pública consistentemente eficaz. Dessa forma, você pode obter melhores resultados ao longo do tempo. O estudo atual e a exposição do conhecimento têm o objetivo acadêmico de incentivar pesquisas futuras para formar novos conhecimentos e novos paradigmas, para um maior desenvolvimento da sociedade.

O setor da saúde, que é um tradicional usuário da tecnologia no sentido de aprimorar as técnicas de diagnóstico e solução dos problemas médicos, está diante de uma grande novidade: antes, a tecnologia, apesar de aumentar a resolutibilidade, ou seja, resolver os casos médicos de forma mais efetiva, no atendimento aos pacientes, aumentava substancialmente o custo do atendimento. Agora, o uso da tecnologia, principalmente no que se refere às possibilidades de parcerias e consequente redução de custos de transação, permite ganhos importantes em eficiência, gerindo a demanda dos pacientes de forma racional e responsável, inclusive com atendimentos preventivos. Pelo lado da eficácia, ou seja, entre outros fatores, ótica do usuário, o avanço foi importante, pois se observa a questão dos cuidados com a saúde e não com doença, diferença importante em um cenário em que se fala de qualidade de vida e longevidade.

O modelo de negócio da saúde brasileira ainda é muito complexo porque, além dos universos com uma visão macro (saúde pública, suplementar e complementar), o cenário ainda tem vários nichos de mercado diferentes, como hospitais que pertencem às operadoras de saúde, cooperativas médicas,

medicina de grupo, entre outros. Essa diversidade obriga cada organização estabelecer processos diferentes que refletem em soluções diferentes.

Entretanto, a padronização pode ser considerada uma questão de sobrevivência para proporcionar a continuidade do modelo de negócio da área da saúde, e o setor já sabe disso e busca esses padrões, principalmente para a comunicação e troca de informações. O padrão também é importante no avanço de práticas de gestão, como o uso do prontuário eletrônico, porque o histórico médico, como propriedade de cada pessoa, deve ser hospedado e gerenciado por cada instituição em um padrão que seja acessado por todos e, principalmente, pelo paciente. Portanto, o prontuário eletrônico representa o acesso à informação e, a partir disso, a área da saúde como um todo tem mais capacidade de reduzir custos e desperdícios, além de garantir a vida.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. 1997

AVELINE, Paulo Vieira. Segurança Pública como direito fundamental. 2009. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 9-21, abr. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BORTOLOZZI, Flávio. Reflexões acerca dos investimentos em pesquisa e pós-graduação. In: FOPROP. Reflexões do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. XIX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das IES Brasileiras. p. 132-99, Goiânia. 2003.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da violência 2017: Política Nacional de Segurança Pública orientada para a efetividade e o papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2017.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da violência 2019: retrato dos municípios brasileiros. 2019.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio. Segurança pública. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

DA SILVA, Edson Rosa Gomes *et al.* Governo Eletrônico e Tecnologias Móveis: um estudo de caso de telefonia móvel na segurança pública. (sem definição de ano)

DE FARIA, Rodrigo Ribeiro; COSTA, Marledo Egidio. A inserção dos veículos aéreos não tripuláveis (drones) como tecnologia de monitoramento no combate ao dano ambiental. *Revista Ordem Pública*, v. 8, n. 1, p. 81-103, 2015.

DE OLIVEIRA, Marcos Dias; VIEIRA, Hector Luís Cordeiro. O Impacto do Investimento em Segurança Pública na Taxa de Homicídios no Brasil. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, v. 2, n. 1, p. 135-153, 2016.

DINIZ, Vagner. A história do uso da tecnologia da informação na gestão pública brasileira através do CONIP—Congresso de Informática Pública. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. 2005. p. 10.

GARCIA, Rayssa Cardoso; ARAÚJO, JM de. Os princípios da administração pública no sistema jurídico brasileiro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 96, 2012.

JUNIOR, Alfredo Deak. Tecnologia para a Segurança Pública. 2019. Disponível em: <<https://cloudblogs.microsoft.com/industry-blog/pt-br/events/2019/10/15/tecnologia-seguranca-publica/>>. Acesso em: 08 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. p. 71.

LINDEMBERG, Antonio Henrique. *Princípios constitucionais da administração pública*. 2014.

MARTINS, Manoel Henrique. O que é Gestão Pública. 2005. Disponível em: < <http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/> >. Acesso em: 08 out. 2022.

MÁXIMO, Alexandre Alves *et al.* A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistema de informação geográfica para auxiliar a segurança pública no combate à violência. 2004.

MEIRA, José de Castro. Agentes Públicos e Agentes Políticos. *Boletim de Direito Municipal*, p. 433-437, 1997.

MIRANDA, Igor Dantas dos Santos. *Métodos para Implementação de Sistemas de Detecção de Disparos de Arma de Fogo de Baixo Custo*. 2017.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Gestão pública*. Saraiva Educação SA, 2017

NEVES, Arminda. *Gestão na administração pública*. Pergaminho/Bertrand, 2002. p. 141-143.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, p. 117-134, 1997

PINOCHET, Luis Hernan Contreras. Tendências de Tecnologia de Informação na Gestão da Saúde. *O MUNDO DA SAÚDE*, São Paulo: 2011;35(4):382-394.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais*. São Paulo: Atlas, v. 3, 2000.

SILVA, E. *et al.* Visão sistêmica na interoperabilidade dos Sistemas para segurança pública: estudo do caso de Santa Catarina. In: Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet. 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. *Novas políticas de segurança pública*. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

_____. *Segurança pública: presente e futuro*. *Estudos avançados*, v. 20, n. 56, p. 91-

106, 2006.

_____. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SPANHOL, Fernando José; LUNARDI, Giovani Mendonça; DE SOUZA, Márcio Vieira. *Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos*. Editora Edgard Blücher, 2016

TOMÉ, Luís. Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. *Janus. net, e-journal of international relations*, v. 1, n. 1, p. 33-49, 2010.

VIEIRA, Katharine Santos. A importância do princípio da proporcionalidade para a teoria dos direitos fundamentais. A distinção do princípio da razoabilidade. *Diálogos Jurídicos: Revista do Curso de Direito da Faculdade Farias Brito, Fortaleza*, a, v. 5, p. 189-201, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de Estudos e de Pesquisa em Administração*. Santa Catarina: Capes, 2009. p. 72-82.

SOBRE A AUTORA

Tatiana Rocha dos Santos

Especialista em Saúde Pública com ênfase em saúde da família pela Faculdade Iguazu. Especialista em saúde Coletiva e ESF pela Faculdade Iguazu. Especialista em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde pela Faculdade Iguazu. Especialista em Enfermagem em Saúde da Família pela Faculdade Iguazu. Especialista em Urgência e Emergência pela Faculdade Literatus (UNICEL). Bacharel em Enfermagem. Atualmente é Analista em Enfermagem da Prefeitura Municipal de Manaus e servidora civil no Hospital Militar do Exército Brasileiro. Tem experiência na área de Enfermagem. Possui experiência na área de Saúde Pública, Saúde Materno-Infantil, na assistência e gestão de enfermagem. Tem 18 (dezoito) anos de serviço em atividade de enfermagem. É autora e organizadora de livros técnicos e acadêmicos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3677-1985>.

ÍNDICE REMISSIVO

C

combate 8, 23, 36, 37
competências 7, 8, 9, 11, 33
comunidade 8, 15
criminalidade 8, 9, 21, 26, 37

D

decisões 9, 11, 20, 21
desempenho 13, 29, 31, 34
direitos humanos 16, 38
direito social 8, 10

E

educação 11, 12
eficácia 9, 10, 25, 33, 34

F

funcionários 11, 12, 13, 28

G

gestão 9, 11, 12, 13, 14, 20, 33, 34, 35, 36, 39
gestão financeira 11
gestor 10, 20, 22, 25, 27, 33

H

habilidades 10

I

ilegal 13, 18, 19
indivíduos 24
inovação 9, 20, 21
inovações 8, 9, 10, 20, 33

L

legislação 10, 22
liderança 12

M

medidas preventivas 10
melhoria contínua 8, 9, 11, 21, 33

O

organização 11, 12, 14, 17, 25, 28, 35

P

política 9

políticas 9, 10, 11, 16, 18, 19, 27, 28, 33, 34, 37

prevenção 8, 14, 16, 19

pública 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 34, 36, 37, 38

públicos 11, 12, 13, 20, 21, 23, 32

S

saúde 2, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39

saúde publica 9

saúde pública 2, 7, 8, 9, 10, 14, 22, 23, 33, 34

segurança 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 36, 37, 38

segurança pública 7, 10, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 34, 36, 37, 38

servidores 11, 12, 27

sociedade 2, 7, 8, 10, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 27, 33, 34

T

técnicas 8, 30, 34

tecnologia 8, 9, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 36, 37

tecnologias 2, 7, 8, 9, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 33

V

violência 8, 9, 10, 18, 23, 27, 33, 36, 37



AYA EDITORA

2022